

letra

o jornal do alfabetizador



BELO HORIZONTE, JANEIRO/JUNHO DE 2021

Ano 17, nº 55

EM DESTAQUE

Como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) vem sendo introduzida nos currículos desde sua homologação **p. 10**

ENTREVISTA

ROSÁLIA MARIA DUARTE

Inclusão digital na educação no Brasil **p.14**

LITERATURA INDÍGENA

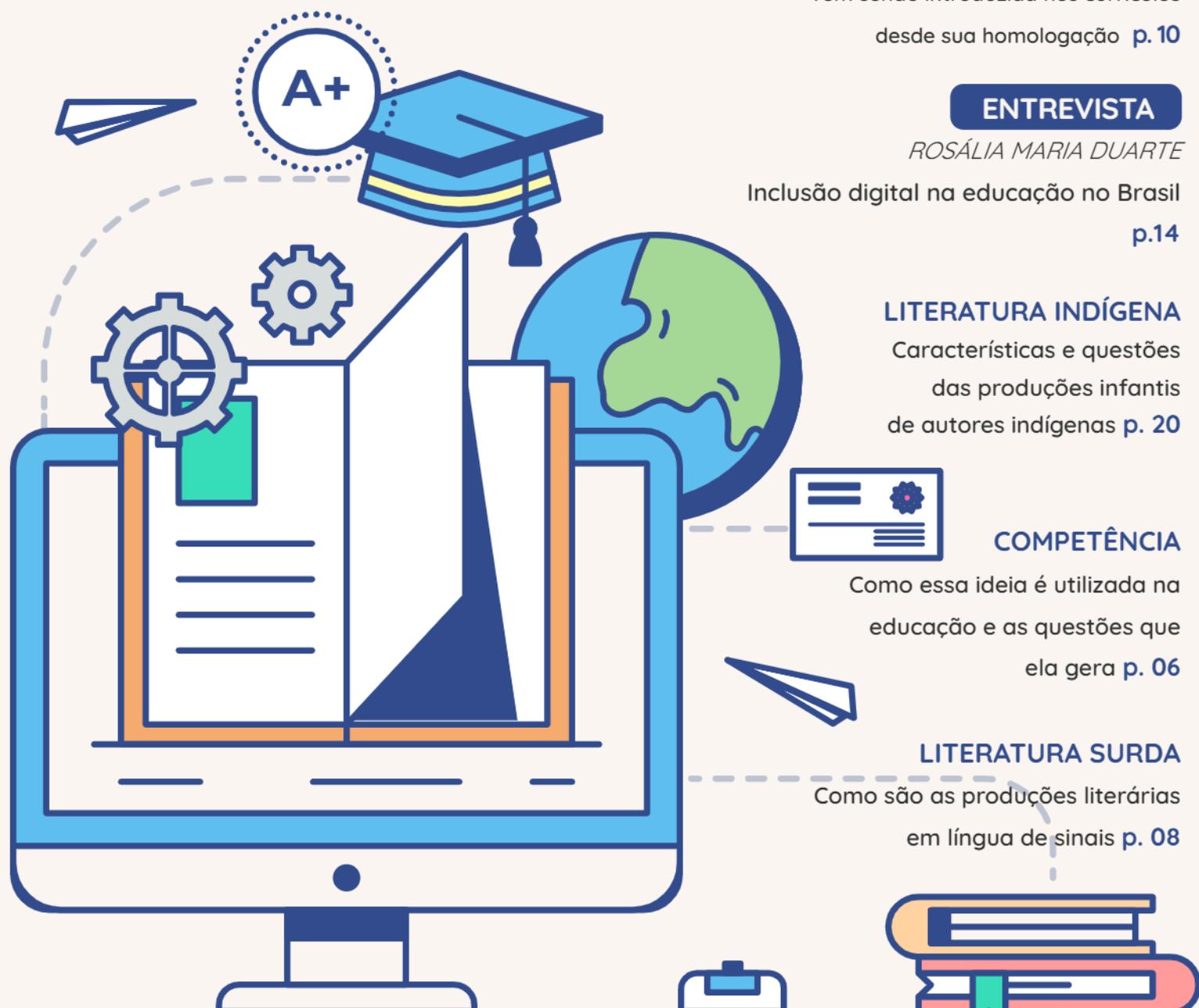
Características e questões das produções infantis de autores indígenas **p. 20**

COMPETÊNCIA

Como essa ideia é utilizada na educação e as questões que ela gera **p. 06**

LITERATURA SURDA

Como são as produções literárias em língua de sinais **p. 08**



E MAIS+

Produção de podcasts | Com quais recursos se alfabetiza remotamente?

| Elaboração e produção de jogo de alfabetização na graduação |

| Uma crônica sobre uma biblioteca pessoal |

HISTÓRIA E GEOGRAFIA EM TEMPOS DE PANDEMIA

PROFESSORA ELABORA CURRÍCULO INTERDISCIPLINAR DE CIÊNCIAS HUMANAS ADAPTADO AO ENSINO

Por Luigy Hudson

Passado, presente, futuro. Essa foi a tríade que serviu como ponto de partida para a pedagoga e professora Rosângela Veiga Julio Ferreira, do Colégio de Aplicação João XXIII, em Juiz de Fora (MG), desenvolver, junto com o doutorando Ricardo Júnior, professor de História na mesma instituição, o currículo dos alunos do 5º ano para o Ensino Remoto Emergencial (ERE) nas áreas de História e Geografia. Segundo a professora, as atividades do currículo foram estruturadas de acordo com as orientações legais normativas da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) aliadas à busca por espaços de escuta dos estudantes. “Foi um desafio muito grande”, conta Rosângela. “Como estabelecer aquilo que a gente já fazia no presencial – que é esse currículo que se faz no cotidiano – no ERE?”

Na busca por respostas, a professora traçou o eixo curricular a partir da interação e do diálogo com a BNCC. A cada etapa, eram eleitas as habilidades propostas pela BNCC e desenvolvidos os objetivos de aprendizagem, as questões geradoras e as linguagens com as quais o trabalho seria feito, sempre tomando como referência a formação do leitor. Desse modo, foi possível relacionar uma pedagogia da leitura com História e Geografia.

Os alunos iniciaram as atividades no começo do ano letivo do colégio, no mês de abril, utilizando plataformas e ferramentas digitais que permitem a interação de uns com os outros em tempo real. A previsão é completar dezesseis etapas (compostas por encontros síncronos e assíncronos e organizadas em cadernos individuais) até o fim do ano, dez dos quais foram contemplados até o mês de agosto. A metodologia usada para elaborar os cadernos foi pausada em múltiplas linguagens: vídeos, vlogs, podcasts,

textos literários e outros materiais produzidos que acionam conhecimentos históricos, geográficos e linguísticos. “Desenvolvemos vários materiais para que pudéssemos garantir essa dimensão de interação, a qualidade do trabalho e a densidade teórica. Nosso compromisso é com o direito à aprendizagem dos estudantes”, diz Rosângela.

O primeiro caderno, por exemplo, que aborda conteúdos de História, é composto por materiais que dialogam com os temas de identidade e memória dos sujeitos, trazendo o livro *Capulana: um pano estampado de histórias*, de Heloisa Pires Lima e Mário Lemo, que trata da memória dos moçambicanos. Enquanto isso, o segundo, focado na Geografia, discorre sobre a questão dos estereótipos, (des)construindo as relações entre as cidades de São Paulo e Maputo, capital de Moçambique. Dessa forma, o diálogo estabelecido entre os cadernos pela associação dos materiais e das atividades promove a interdisciplinaridade e tenta, segundo Rosângela, romper com a ideia de disciplina. “É comum tanto comigo quanto com o professor Ricardo eles [os alunos] terem dúvidas de qual é a disciplina pela qual a gente responde institucionalmente. Essa é uma concepção de currículo que a gente defende.”

Ao fim do segundo trimestre letivo, em outubro, a professora pretende finalizar um museu virtual nas plataformas digitais do colégio, trazendo experiências que os alunos presenciaram ao longo do processo, que servirá como espaço para debate entre os estudantes, com a ideia de que eles se constituam como sujeitos históricos. “Qual era o objetivo dessa atividade? Além de trabalhar aquela tríade, essa noção de pertencimento do sujeito e, aliado a isso, todo um processo de acolhimento intencional a esse período de ERE.”

O REFÚGIO NA LEITURA

BIBLIOTECÁRIA CRIA PROJETO PARA LEVAR OS LIVROS ATÉ OS ALUNOS DE FORMA DIGITAL DURANTE O ENSINO REMOTO

Por Isabella Lino

Em um mundo afetado pela pandemia, a leitura fez-se uma ponte que torna possível nos conectarmos à distância com uma infinidade de universos, lugares e pessoas. Em busca de proporcionar para os alunos uma imersão em novas realidades e com o objetivo de estimulá-los a continuar lendo, mesmo durante o período de afastamento do ambiente escolar, a professora Kelen Prado, bibliotecária da Escola Estadual Janete Clair, em Ji-Paraná (RO), desenvolveu, em 2020, uma biblioteca virtual. A biblioteca é composta por uma variedade de livros infantis e infantojuvenis de domínio público, agrupados em um único arquivo PDF. Para acessá-los, é necessário que o aluno clique na capa desejada e um link acoplado na imagem o direciona para uma pasta no drive onde a obra está disponível.

Antes da pandemia, existia na Escola Estadual Janete Clair um projeto de incentivo à leitura, no qual a cada semana uma turma possuía o horário de uma ou duas horas para ficar na biblioteca. “Os alunos vinham, olhavam os livros com calma, mexiam em tudo e selecionavam o que eles mais gostavam. Se não houvesse o título que eles queriam, eu procurava pela versão em PDF. Com o estabelecimento do ensino remoto, eu senti a necessidade de adaptar e ampliar isso”, relata a professora Kelen. O histórico de empréstimos gerado por esse projeto foi o que orientou a bibliotecária na hora de montar o acervo virtual. “A seleção dos livros foi feita em cima das escolhas dos estudantes nos anos anteriores. Então eu analisei quais eram os livros mais procurados e a partir disso comecei a buscar na internet, no site do domínio público e em grupos de leitura.” A professora ressalta que é importante estar atento à faixa etária indicativa dos livros durante o processo de escolha, além de averiguar se as obras possuem autorização para o compartilhamento gratuito, para que o conteúdo não seja inadequado e que a ação não viole o direito autoral, incentivando a pirataria.

Embora o projeto inicialmente tenha sido desenvolvido tendo como público-alvo os alunos do 6º ano, a divulgação da Biblioteca Virtual nas redes sociais da instituição e dos funcionários possibilitou que estudantes de outras séries participassem da iniciativa, assim como pessoas de fora da comunidade escolar. “Surpreendentemente, os alunos do ensino médio engajaram de uma forma bastante positiva com a iniciativa e a ideia foi bem aceita.” Para a professora Kelen, o retorno das aulas presenciais trouxe novas perspectivas quanto à possibilidade de conciliar o virtual e o físico, a fim de contemplar e estimular um número cada vez maior de estudantes ao hábito de leitura. “Eu montei caixas de leitura para as obras poderem ficar dentro da sala de aula, segui os protocolos de segurança, higienizei os livros e criei fichas individuais. Mas nem todos os alunos e turmas vão retornar neste momento, então eu pretendo continuar com a Biblioteca Virtual e tentar expandir o acervo para atendê-los.”

Influenciado pela Biblioteca Virtual, surgiu na instituição, por meio de uma parceria entre a bibliotecária Kelen e a professora de português Ormindá Lopes, o projeto de dramatização de contos, no qual cada aluno recebia um conto e precisava gravar um vídeo interpretando-o dramaticamente. Para que isso fosse possível, era necessário que a bibliotecária Kelen buscasse na internet a versão virtual dos textos que Ormindá gostaria de trabalhar com os alunos do 7º ano e os disponibilizasse na Biblioteca Virtual. A iniciativa tinha como objetivo estimular de forma lúdica a imersão dos alunos na leitura e explorar a imaginação, assim como a oralidade. “A família que filmou, foi tudo bem improvisado, mas foi uma graça, os alunos adoraram participar. No Brasil ainda existe muito forte uma cultura de que ler é chato e é uma barreira que a gente precisa lutar para romper”, afirma Kelen.

DICIONÁRIO DA ALFABETIZAÇÃO

INCLUSÃO DIGITAL

Termo empregado no processo de alargamento da inserção das tecnologias digitais na sociedade, no início do século XXI. É derivado do discurso da inclusão, empregado nas mais diversas áreas, como justificativa para ações de cunho compensatório, que buscam amenizar uma grave problemática social, a exclusão. Embora a exclusão seja um processo multifacetado, que mantém relações com a ordem política, econômica, cultural, educacional, resultado das dinâmicas capitalistas da segunda metade do século XX, a exclusão digital sempre esteve relacionada às dificuldades de acesso às tecnologias e aos extratos sociais que não possuem condições para adquirir os dispositivos e os serviços tecnológicos; daí a ancoragem dos discursos sobre as taxas de acessibilidade, especialmente à internet. Considerando que a inclusão é tomada como posituação da exclusão, o que implica o entendimento do social a partir de uma concepção dual do dentro e do fora, a inclusão digital é um tema polêmico, ambíguo, conflituoso, com vários sentidos construídos em torno dele, mas que se aproximam ao explicitar a necessidade de os sujeitos sociais terem acesso às tecnologias digitais e se apropriarem delas como autores e produtores de ideias, conhecimentos, proposições e intervenções que provoquem efetivas transformações em seu contexto de vida. No Brasil, o termo foi utilizado como jargão apelativo, tanto nas abordagens políticas, quanto nos projetos da sociedade civil e da academia: uma espécie de nova e mirabolante solução para as problemáticas sociais. No entanto, as políticas públicas desenvolvidas sobre essa “bandeira” foram fundamentais para a ampliação dos processos de inserção das tecnologias digitais na sociedade brasileira, para a formação dos sujeitos para seu uso e para a produção de conteúdos de forma descentralizada, integrada às culturas locais. Portanto, inclusão digital pode ser compreendida muito mais como um movimento social e político do que como um movimento tecnológico.

Maria Helena Silveira Bonilla – professora titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA).